



CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROJETO DE LEI N.º 5.806, DE 2023** **(Do Sr. Alfredinho)**

Dispõe sobre medidas de proteção e prevenção contra fraudes em operações de crédito consignado envolvendo aposentados e pensionistas e dá outras providências.

NOVO DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO;

DEFESA DO CONSUMIDOR;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIACÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Projetos apensados: 6196/23 e 568/24

(*) Avulso atualizado em 13/3/24, em virtude de novo despacho e apensões (2).

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. ALFREDINHO)

Dispõe sobre medidas de proteção e prevenção contra fraudes em operações de crédito consignado envolvendo aposentados e pensionistas e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo estabelecer medidas de proteção contra fraudes em operações de crédito consignado destinadas a aposentados e pensionistas.

Art. 2º As instituições financeiras, seus correspondentes e quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas por eles subcontratadas que ofereçam crédito consignado deverão:

I - estabelecer protocolo de verificação adicional para operações solicitadas por aposentados e pensionistas, de forma a garantir a legitimidade da solicitação;

II – confirmar com o cliente, por meio de contato telefônico, qualquer operação de crédito consignado solicitada em seu nome.

Art. 3º A venda, oferta, fornecimento ou divulgação de dados pessoais de aposentados e pensionistas para fins de operações de crédito sem o expreso consentimento do titular sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 13.079, de 14 de agosto de 2018, sem prejuízo da aplicação de sanções de natureza penal, civil e administrativa previstas em outros diplomas.

Art. 4º Os servidores públicos que, comprovadamente, fornecerem, venderem ou facilitarem o acesso a dados pessoais de aposentados e pensionistas para os fins de que trata o art. 3º desta Lei estarão sujeitos às penalidades de que trata a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de



1990, sem prejuízo da aplicação de sanções de natureza penal, civil e administrativa previstas em outros diplomas.

Art. 5º O Governo Federal, em colaboração com os Governos Estaduais e Municipais, e com instituições financeiras, deverá promover campanhas educativas informando aposentados e pensionistas sobre os riscos de fraudes em operações de crédito consignado e medidas preventivas disponíveis.

Art. 6º O *caput* art. 132 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido de um inciso XIV, com a seguinte redação:

“Art. 132.

.....

XIV - venda, oferta, fornecimento ou divulgação de dados pessoais de servidores públicos, aposentados e pensionistas sem o seu consentimento expresse.” (NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Aposentados e pensionistas são um alvo preferencial para golpes envolvendo operações de crédito consignado. Geralmente criminosos têm acesso a dados de suas vítimas e, de posse deles, contratam empréstimos junto a instituições financeiras. As vítimas pagam pela operação, mas não veem a cor do dinheiro. Esses são fatos notórios, inclusive tendo sido fartamente noticiados pela imprensa.

Ora, é inaceitável que não haja um panorama legal claro para a responsabilização de todos os envolvidos nesse tipo de prática ilícita e para a definição de medidas preventivas passíveis de adoção pela Administração Pública e por instituições financeiras para evitar que aposentados e pensionistas sejam lesados.

É justamente isso o que este Projeto de Lei busca fazer. Ao impor precauções capazes de evitar fraudes e ao definir com maior clareza as



consequências de condutas ilícitas, esta proposição busca reduzir o número de golpes do gênero, oferecendo maior proteção a aposentados e pensionistas.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado ALFREDINHO

2023-17700





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201808-14:13709
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199012-11:8112

PROJETO DE LEI N.º 6.196, DE 2023

(Do Sr. André Fernandes)

Dispõe sobre medidas de proteção contra fraudes em operações de crédito consignado destinadas a aposentados e pensionistas, bem como disciplina seus direitos quando houver demanda junto ao Poder Judiciário.

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL-5806/2023.



PROJETO DE LEI Nº , DE 2023
(Do Sr. ANDRÉ FERNANDES)

Dispõe sobre medidas de proteção contra fraudes em operações de crédito consignado destinadas a aposentados e pensionistas, bem como disciplina seus direitos quando houver demanda junto ao Poder Judiciário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo estabelecer medidas de proteção contra fraudes em operações de crédito consignado destinadas a aposentados e pensionistas, bem como disciplinar seus direitos quando houver demanda junto ao Poder Judiciário.

Art. 2º As instituições financeiras, seus correspondentes e prepostos, quando da oferta de crédito consignado, deverão estabelecer um protocolo adicional para a verificação de operações solicitadas em nome de aposentados e pensionistas, de forma a garantir a legitimidade e a expressa anuência daqueles na solicitação e, posterior, contratação.

§ 1º Torna-se obrigatória a confirmação junto ao aposentado e pensionista, por meio de assinatura expressa em documento hábil, para a continuação de contratação de qualquer operação de crédito consignado que venha a ser solicitada em seu nome, sob pena de a operação referida ser considerada nula de pleno direito para todos os fins legais.

§ 2º Mediante o devido contraditório no âmbito de processo a ser oferecido perante o Poder Judiciário, uma vez comprovado que a instituição financeira agiu com desídia e má-fé na concessão de empréstimo consignado a





aposentado ou pensionista e não tendo se verificado sua expressa autorização e concordância, a instituição financeira sujeitar-se-á, mediante condenação em sentença judicial, ao pagamento:

I – do indébito em dobro, relativo aos valores que já foram e estão sendo descontados mensalmente de forma indevida, nos termos do art. 42, parágrafo único, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, os quais serão integralmente revertidos em favor do aposentado ou pensionista que figura como vítima e parte autora da respectiva ação judicial;

II – de uma indenização, a título de dano moral, em favor da vítima desse crime, também na condição de parte autora, equivalente a quatro vezes o valor liberado e contratado de forma irregular pela instituição financeira;

III – de uma segunda indenização pecuniária, a título de dano psicológico, em valor a ser arbitrado pelo juiz e que não poderá ser inferior a três salários mínimos, quando comprovado que a vítima se deparou com as supracitadas situações e restou comprovado o seu abalo psicológico em decorrência de sua vulnerabilidade presumida.

Art. 3º A oferta, venda ou fornecimento ou divulgação de dados pessoais de aposentado e pensionista para fins de contratação de operações de crédito consignado, sem que haja o expresse consentimento do titular, sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 13.079, de 14 de agosto de 2018, sem prejuízo da aplicação de outras sanções de natureza penal, civil e administrativa legalmente previstas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO





Infelizmente, nos últimos meses, temos nos deparado com um número crescente de situações nas quais pessoas, aposentados e pensionistas, que recebem benefícios previdenciários e assistenciais vêm sendo vítimas frequentes de golpes de toda ordem com a contratação fraudulenta de empréstimos consignados sem suas autorizações junto a instituições financeiras.

Quando se constata o procedimento de algumas fraudes, observa-se que as instituições bancárias são desidiosas e, não raras vezes, realizam o depósito e a liberação de quantias exorbitantes, quando automaticamente passam a realizar descontos mensais nos benefícios percebidos, lesando milhares de aposentados e pensionistas, vez que o dinheiro liberado é desviado e não lhes beneficia.

A partir da verificação das fraudes, somente resta aos aposentados e pensionistas recorrer ao Poder Judiciário, sempre com o objetivo de receber os valores que lhes foram subtraídos e as parcelas que estão lhes sendo descontadas indevidamente, sendo ainda corrigidas pelos encargos devidos, com a finalidade de receberem o ressarcimento e uma indenização pelos danos morais e grandes transtornos que lhes são causados.

No entanto, apesar de terem esses direitos, comumente, reconhecidos, há notícias de que os juízes estão mais exigentes no que se refere às comprovações – ainda quando se trata de consumidores flagrantemente vulneráveis, idosos e pessoas com deficiência, e amparados pelo Estatuto do Idoso, além do próprio CDC, uma vez que as organizações criminosas conseguem ludibriar até mesmo os controles e filtros dos bancos, quando demonstram estarem se aperfeiçoando cada vez mais nas técnicas de fraude utilizadas.

Por esses motivos, apresentamos o presente projeto de lei para instituir o direito – já previsto inclusive no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor – de essas vítimas receberem em dobro dos valores que estão lhes sendo descontados mensalmente, sobretudo quando ficar comprovada a má-fé, conforme entendimento do STJ.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado André Fernandes - PL/CE

Apresentação: 21/12/2023 20:32:20.030 - MESA

PL n.6196/2023

Além disso, estamos propondo que as pessoas (aposentados e pensionistas) vítimas desses crimes obtenham o direito de se apropriarem desses valores depositados pelos bancos a título de doação, a fim de que as instituições bancárias sejam mais diligentes quando da contratação de empréstimo, inclusive a distância.

Por fim, propomos ainda que no texto lhes assegure ainda o direito a indenização pecuniária a ser arbitrada pelo juiz em patamar não inferior a um salário mínimo, quando a vítima se deparar com as supracitadas situações, visto que alguns juízes consideram "mero dissabor" e determina apenas extinção do contrato e a devolução dos valores descontados.

Parece-nos inadiável, diante dos fatos relatados, que ainda não haja um arcabouço legal instituído no Brasil que preveja a responsabilização de todos os envolvidos nesse tipo de prática ilícita, com a instituição de medidas preventivas passíveis de adoção pela Administração Pública e por instituições financeiras para evitar que aposentados e pensionistas sejam lesadas.

Face ao exposto, esta proposição vem em boa hora porque busca reduzir o impacto causado pelo crescente número de golpes e fraudes cometidos contra aposentados e pensionistas. Os dispositivos, ora propostos, objetivam instituir novos mecanismos legais que possam lhes oferecer maior proteção e uma justa reparação, mediante indenizações, dos danos materiais e/ou psicológicos que lhes são causados, sobretudo quando se tornam vítimas de bandidos e da imperdoável desídia e descuido das instituições financeiras que operam com a oferta de crédito consignado no País.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado ANDRÉ FERNANDES



Câmara dos Deputados | Anexo III - Gabinete 578 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5578/3578 | dep.andrefernandes@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232938570000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Fernandes





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199009-11:8078
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201808-14:13709

PROJETO DE LEI N.º 568, DE 2024

(Do Sr. Emanuel Pinheiro Neto)

Altera o art. 54-G, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, com a finalidade de vedar a oferta e a contratação de operações de crédito de qualquer natureza com aposentados e pensionistas por meio de ligação telefônica e demais formas de telemarketing ativo.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-5806/2023. POR OPORTUNO, DETERMINO QUE A COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR SE PRONUNCIE QUANTO A MATÉRIA, APÓS A COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO. (ATUALIZAÇÃO DE DESPACHO: CASP, CDC, CFT (MÉRITO E ART. 54 DO RICD) E CCJC (ART. 54 DO RICD)).

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. EMANUEL PINHEIRO NETO)

Altera o art. 54-G, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, com a finalidade de vedar a oferta e a contratação de operações de crédito de qualquer natureza com aposentados e pensionistas por meio de ligação telefônica e demais formas de telemarketing ativo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o art. 54-G, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, com a finalidade de vedar a oferta e a contratação de operações de crédito de qualquer natureza com aposentados e pensionistas por meio de ligação telefônica e demais formas de telemarketing ativo.

Art. 2º O art. 54-G, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 54-G.....

.....

IV – ofertar ou contratar operações de crédito de qualquer natureza com aposentados e pensionistas por meio de ligação telefônica e demais formas de telemarketing ativo, salvo quando expressamente solicitadas pelo consumidor.

.....

§3º São nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas a operações de crédito que sejam celebradas com infração ao inciso IV do *caput* deste artigo.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação oficial.



JUSTIFICAÇÃO

A presente iniciativa objetiva proteger os aposentados e pensionistas das frequentes abordagens, quase sempre invasivas, insistentes e inoportunas, por parte de instituições financeiras e creditícias, que tentam persuadi-los a contratar empréstimos e outras operações de crédito dos quais não necessitam, não têm interesse ou - o que é mais preocupante: que não têm condições de arcar. Muitos idosos têm sido alvos recorrentes de ligações que os assediam a contrair dívidas indesejadas, sem que tenham sequer entendimento das condições estabelecidas nessas transações.

Entendo, portanto, que a proibição do telemarketing ativo para oferta e contratação de operações de crédito com aposentados e pensionistas é uma medida necessária para coibir práticas abusivas, promover a segurança financeira e proteger esse público consumidor (composto, em sua grande parte, por pessoas idosas) de armadilhas que podem conduzi-los a uma situação de superendividamento.

Vários Estados já aprovaram medidas semelhantes, no intuito de evitar que os aposentados e pensionistas se tornem presas fáceis desse tipo de assédio. Uma dessas iniciativas exitosas tem sido implementada no meu querido Estado do Mato Grosso, no qual vigora a Lei nº 11.692, de 25/03/2022¹, proibindo as instituições financeiras de ofertar e celebrar contratos de empréstimos de qualquer natureza, com aposentados e pensionistas, por ligação telefônica.

No mesmo sentido, vigora no Estado de Minas Gerais a Lei nº 24.507, de 16/10/2023², que proíbe as instituições creditícias de celebrarem contratos de empréstimo, crédito consignado e negócios similares, bem como comercializarem produtos ou serviços vinculados, que não tenham sido expressamente solicitados pelo consumidor, especialmente os servidores públicos, aposentados e pensionistas.

1 Disponível em www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-11692-2022.pdf. Último acesso em fev/2024.

2 Disponível em <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/24507/2023/>. Último acesso em fev/2024.



Mais recentemente, no final do ano passado, entrou em vigor, no Estado do Ceará, a Lei nº 18.627, de 18/12/2023³, que proíbe a oferta e a celebração, por meio de ligação telefônica, de contrato de empréstimo de qualquer natureza, direcionada a aposentados e pensionistas.

É indispensável espelhar essas providências na legislação consumerista no âmbito federal, de modo a expandir essa proteção para todos os aposentados e pensionistas do nosso país. Para tanto, proponho a inclusão dessa proibição no art. 54-G do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, constante do capítulo que trata da prevenção e tratamento do superendividamento, de modo a reconhecer como abusiva a prática e nula de pleno direito a contratação decorrente desse tipo de abordagem maliciosa.

Dessa forma, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei, que visa a ampliar a proteção aos aposentados e pensionistas de nosso país contra os abusos no mercado de crédito.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado EMANUEL PINHEIRO NETO

2023-22596

3 Disponível em <https://bdt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/defesa-do-consumidor/item/8653-lei-n-18-627-de-18-12-23-d-o-18-12-23>. Último acesso em fev/2024.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 8.078, DE 11 DE
SETEMBRO DE 1990**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199009-11:8078>

FIM DO DOCUMENTO